



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COGESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE, REALIZADA AOS 15 DE JULHO DE 2025:

Ao décimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, nas instalações da Câmara Municipal de Esposende, realizou-se a 42.^a reunião ordinária da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte (PNLN), sob a presidência de Sérgio Mano, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Esposende (CME), estando presentes os seguintes membros, com direito a voto:

- Carlos Rio
(Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas)
- Graça Fonseca
(Chefe de Divisão da Integração de Políticas Territoriais, CCDR-Norte, I.P.)
- Jorge Dias
(Diretor do Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade do Norte, ICNF, I.P.)
- Paulo Marques
(Representante da EAmb – Esposende Ambiente, EM)
- Sandra Paiva
(Representante da Universidade do Minho)

Outras personalidades, instituições ou serviços, sem direito a voto:

- Artur Viana
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pelo ICNF, I.P.)
- Carlos Ferreira
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Câmara Municipal de Esposende)
- Helena Marques
(Técnica Superior, ICNF, I.P.)
- Pedro Capitão
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Empresa Municipal Esposende Ambiente)
- Sofia Duarte
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Universidade do Minho)
- Vasco Ferreira
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Câmara Municipal de Esposende)

A reunião foi secretariada por Vasco Ferreira, membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNLN pela Câmara Municipal de Esposende.

Havendo quórum [*estando presentes fisicamente na reunião ou a participar através de meios telemáticos, pelo menos, um terço dos seus membros, com direito a voto*], a sessão teve início às dez horas e trinta minutos, com a declaração de abertura da reunião por parte de Sérgio Mano, que apresentou a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. [deliberação] Aprovação da Ata da reunião ordinária de dia 11 de junho de 2025 (XLI reunião);
2. [informação] NORTE2030-2024-77 – Aprovação da candidatura do REPHIC e RESTLitoral;
3. [deliberação] Galardão Horizonte Natural – Reconhecimento à Melhor Prática Associativa no Parque Natural do Litoral Norte (proposta de regulamento);
4. [deliberação] Renovação do Mandato da Comissão de Cogestão – definição de procedimentos; os membros da comissão de cogestão previstos (...) são designados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da conservação da natureza e do ensino superior; Representante da APA;
5. [deliberação] Programa comemorativo [19 e 21 de julho];
6. [informação] Portaria n.º 247/2025/2: Aprova o Projeto de «Cogestão de áreas protegidas 2025-2028»; Progresso do regulamento que defina os termos da execução da presente portaria
7. [deliberação] Exposição “Um olhar Natural” na biblioteca do campus de Azurém – 3 a 28 novembro;
8. [informação] Encerramento e agendamento da 43.ª reunião.

[ponto 1.] Iniciando a reunião procedeu-se à apreciação da Ata da reunião de dia 11 de junho de 2025:

A COMISSÃO DE COGESTÃO DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA 42.ª REUNIÃO.

[ponto 2.] No âmbito dos projetos REPHIC e RESTLitoral, candidatos ao Aviso NORTE2030-2024-77, foi informado por Sérgio Mano que o projeto apresentado pelo Município, REPHIC, já se encontra aprovado. Por sua vez, Jorge Dias referiu que o projeto submetido pelo ICNF, I.P., RESTLitoral, permanece em fase de apreciação.

[ponto 3.] Sérgio Mano apresentou a proposta de regulamento do “Galardão Horizonte Natural – Reconhecimento à Melhor Prática Associativa no Parque Natural do Litoral Norte”, visando valorizar e premiar anualmente iniciativas e práticas associativas que se distingam na área da sustentabilidade, da natureza e do ambiente.

Sublinhou que a intenção é reconhecer práticas já enraizadas nas associações, promovendo o empreendedorismo e a valorização das boas práticas. Referiu ainda que será necessário concluir a proposta de regulamento, cuja apreciação ficará para depois das eleições, de modo a não comprometer o futuro executivo. A ideia foi apresentada para conhecimento e recolha de contributos, não havendo lugar a deliberação nesta reunião.

Graça Fonseca salientou a importância de desenvolver mais detalhadamente os critérios de avaliação constantes da proposta de regulamento, de forma a evitar ambiguidades e eventuais contestações, sugerindo a clarificação da grelha de valorização.

[ponto 4.] Vasco Ferreira informou que decorreu uma conferência sobre cogestão de áreas protegidas, realizada em Alcanena, onde a questão dos mandatos foi abordada, entre outros temas. Referiu que a gravação se encontra disponível *online* para quem tiver interesse em consultar.

Graça Fonseca confirmou que o tema foi de facto abordado na conferência, mas sem definição de passos a tomar. Perguntou se o ICNF já dispõe do parecer jurídico solicitado.

Jorge Dias esclareceu que existe um parecer jurídico regional que aponta alguns caminhos, mas, dada a relevância nacional da matéria, o documento foi remetido para os Serviços Centrais, a fim de ser harmonizado e resultar numa resposta comum a todas as Comissões de Cogestão. Acrescentou que, segundo o parecer, é possível manter o funcionamento da Comissão, desde que as reuniões não envolvam deliberações formais, podendo as questões jurídicas ser acomodadas aquando da tomada de posse de novos elementos. Esclareceu ainda que subsiste a dúvida sobre quem deve propor a renovação de mandatos — se a Comissão ou o ICNF —, devendo a proposta indicar os novos elementos e justificar a necessidade de renomeação.

Sérgio Mano questionou se já seria necessário elaborar esse documento.

Jorge Dias respondeu que ainda é cedo, enquanto não houver maior clareza sobre o enquadramento jurídico.

Graça Fonseca considerou que, dado que as eleições autárquicas se realizam dentro de três meses, não se justifica desencadear já um processo de renomeação complexo, que começa pelas câmaras municipais. Sublinhou que, embora em Esposende só exista um município abrangido, noutros casos a designação do presidente poderá depender do resultado das eleições. Sugeriu, por isso, que fosse ponderado um despacho ministerial que prorrogasse a constituição das atuais Comissões até à nomeação dos novos autarcas.

Paulo Marques apresentou opinião distinta, defendendo que a Comissão deve continuar a trabalhar com normalidade, independentemente do calendário eleitoral. Considerou que os membros representam entidades e não apenas pessoas, e que adiar processos em função das eleições comprometeria a execução de projetos, a gestão orçamental e a própria utilidade da Comissão. Defendeu que apenas uma eventual mudança de legislatura poderia justificar uma interrupção, caso a tutela viesse a alterar a orientação estratégica relativamente às Comissões de Cogestão.

[ponto 5.] Sérgio Mano referiu a necessidade de confirmar quem estará presente, por forma a definir o protocolo e o alinhamento da sessão. Informou que o Sr. Presidente abrirá o espaço e que o Dr. Paulo Marques, enquanto anfitrião, dará as boas-vindas. Salientou também a importância de decidir quem fará a entrega dos prémios, tendo apresentado detalhadamente o protocolo previsto.

Paulo Marques acrescentou que, da parte da organização local, já estão a ser definidos os aspetos logísticos, incluindo a organização do espaço, a preparação do sistema de som e o serviço de *catering*.

[ponto 6.] No que respeita ao progresso do regulamento que definirá os termos de execução da Portaria, Jorge Dias informou que já existe uma proposta de regulamentação, elaborada pelo ICNF e enviada à Agência para o Clima (ApC). Acrescentou que está prevista a realização, ainda durante esta semana, de uma reunião entre o ICNF e a ApC, sublinhando que o processo se encontra finalmente em andamento.

[ponto 7.] Foi informado que a Exposição “Um Olhar Natural” estará patente na Biblioteca do Campus de Azurém, entre os dias 3 e 28 de novembro.

[ponto 8.] Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos do Regulamento de Funcionamento desta Comissão. Sérgio Mano deu como concluída a reunião pelas doze horas e quarenta minutos, agendando a 43.ª reunião para dia 9 de setembro, pelas 10:30, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Esposende.